

OS MARAJÁs DO INSS



focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 21 de outubro de 2025 Nº 212

Durante o governo Bolsonaro, jovens empresários e dirigentes de fachada transformaram o INSS em um esquema bilionário de desvio. Carros de luxo, joias e mansões foram comprados com o dinheiro de milhões de aposentados lesados.

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára

be, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Já está disponível para compra o novo livro do jornalista e dirigente político Alberto Cantalice.

Intitulada Qual socialismo? A busca incessante por uma nova utopia, a obra faz uma análise profunda sobre os caminhos da esquerda no Brasil e no mundo, resgatando experiências históricas e propondo reflexões para o futuro do campo progressista.



Publicado pela Hucitec Editora, o livro pode ser adquirido diretamente no site da editora e na Amazon.

» PROGRAMA Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA



ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores





Dinheiro do povo

De Alphaville a Brasília, jovens empresários ligados ao bolsonarismo criaram uma teia de associações fantasmas e fintechs para drenar milhões do INSS. Entre Ferraris, vinhos raros e doações políticas, os chamados Golden Boys transformaram a aposentadoria dos idosos em um império de luxo e corrupção. **pág. 04**

CAPA

Do contracheque à Ferrari: os Golden Boys do bolsonarismo e o golpe bilionário no INSS

pág. 04

CPMI do INSS revela omissão do governo Bolsonaro diante de fraudes bilionárias

pág. 08

Governo Lula devolve R\$ 2,1 bilhões a aposentados vítimas da Farra do INSS

pág. 10

O que já foi revelado pela CPMI do INSS e o que ainda vem pela frente

pág. 12

BRASIL

Sobrecarga doméstica afeta vida das mulheres, aponta pesquisa da FPA em parceria com o Sesc

pág. 14

Segurança alimentar: experiências em políticas públicas mostram como o Brasil vence a fome e fortalece

o abastecimento urbano

pág. 17

Atlas da Amazônia Brasileira reúne artigos escritos por indígenas, quilombolas e ribeirinhos

pág. 20

Com Lula em São Bernardo, governo anuncia investimento histórico em cursinhos populares

pág. 21

A verdade climática contra o negacionismo ambiental

pág. 22

ECONOMIA

Combustíveis e inflação dão sinais de alívio e consolidam cenário de estabilidade econômica

pág. 24

POLÍTICA

17ª Plenária Nacional da CUT define agenda de lutas

pág. 23

Paulo Paim celebra 40 anos no Congresso e reforça compromisso com justiça social

pág. 28

ARTIGO

Maior taxaçaõ das Bets, uma medida justa e necessária

pág. 29

INTERNACIONAL

‘No kings’: milhões protestam contra Trump em defesa de direitos constitucionais nos EUA

pág. 28



Do contracheque à Ferrari: os Golden Boys do bolsonarismo e o golpe bilionário no INSS

Durante o governo Bolsonaro, jovens empresários e dirigentes de fachada transformaram o INSS num balcão de luxo e corrupção, desviando mais de R\$ 700 milhões de aposentados em um dos maiores escândalos da história da Previdência

O golpe começou em silêncio, com pequenos descontos que aposentados e pensionistas sequer notavam. Dois, cinco, dez reais por mês, escondidos sob a rubrica de “mensalidades associativas”. Por trás desses centavos estava um esquema bilionário que, entre 2019 e 2022, os anos do governo Jair Bolsonaro, transformou o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) num balcão de negócios e privilégios.

Agora, com as investigações da Polícia Federal, da Controladoria-Geral da União e da CPMI do INSS, a engrenagem dessa fraude tem rosto, endereço e CPF. Jovens empresários, filhos de políticos e operadores digitais, todos com menos de 45 anos, montaram um império com o dinheiro de quem trabalhou a vida inteira.

Eles são os “Golden Boys do bolsonarismo”: a geração que fez fortuna explorando os mais pobres.

A engrenagem do golpe no INSS

O esquema funcionava com aparência de legalidade. As associações obtinham do INSS um Acordo de Cooperação Técnica (ACT), que lhes permitia descontar mensalidades de filiados diretamente na folha de pagamento dos beneficiários. A ideia original era nobre — fortalecer entidades representativas. Mas, durante o governo Bolsonaro, o sistema virou um paraíso para oportunistas.

Entre 2019 e 2022, uma rede de entidades fantasmas passou a usar assinaturas falsificadas, autorizações digitais forjadas e cadastros automatizados para filiar, sem consentimento, milhões de aposentados. Os valores,

transferidos automaticamente, chegavam às contas das próprias empresas dos dirigentes dessas associações — que se apresentavam como “empreendedores” e “defensores da inovação”.

A CPMI instalada em agosto deste ano já obteve provas de que as quatro principais associações envolvidas — Amar Brasil Clube de Benefícios, Masterprev, ANDAPP e AASAP — movimentaram cerca de R\$ 700 milhões, parte desviada diretamente para contas particulares e offshores.

Os “Golden Boys”

O grupo central da fraude era formado por **Felipe Macedo Gomes (35 anos)**, **Américo Monte (45)**, **Anderson Cordeiro (38)** e **Igor Dias Delecrode (28)**. Jovens, articulados e com discurso de eficiência, eles se apresentavam como a nova geração do setor de crédito e tecnologia. Na prática, usavam fintechs próprias para lavar dinheiro e justificar movimentações milionárias.

Felipe Gomes, apelidado de “o banqueiro das associações”, presidiu a Amar Brasil — entidade que firmou acordo com o INSS em agosto de 2022, já nos últimos meses do governo Bolsonaro. Um detalhe chama atenção: o pedido de convênio foi feito por e-mail corporativo de sua fintech RendBank, misturando empresa privada com entidade “sem fins lucrativos”. Em seguida, Felipe doou R\$ 60 mil à campanha de Onyx Lorenzoni (PP-RS), então ministro da Previdência, que assinara a ampliação das margens de consignado.

Documentos obtidos pela PF revelam que Gomes recebeu R\$ 17,9 milhões da Amar Brasil por meio da empresa EMJC Serviços, criada com capital de apenas R\$ 20 mil. Ele é também dono da FAE Magazine Virtual e da RendBank — que recebeu repasses diretos de contas das associações. Seu pa-

drão de vida é o retrato da farra: carros de luxo, vinhos raros, jet skis, imóveis milionários e compras mensais de mais de R\$ 100 mil em grifes como Louis Vuitton e Dior.

Américo Monte, o “clã do consignado”, era o elo bancário do grupo. Ex-correspondente de crédito, estruturou uma rede de empresas e colocou familiares — pai, tio e filha — à frente das entidades. Segundo o Coaf, movimentou R\$ 500 mil em revendedoras de carros, R\$ 218 mil em joalherias, R\$ 200 mil a um pastor em Alphaville e R\$ 100 mil em uma marca italiana de tênis. Também aparece em transferências para Eric Fidelis, filho do ex-diretor do INSS André Fidelis, e para Thaissa Hoffmann, esposa do ex-procurador-geral do INSS Virgílio de Oliveira Filho — ambos afastados após o escândalo.

Anderson Cordeiro, o “estrategista das fintechs”, cuidava da parte digital: integrava os sistemas das associações ao sistema bancário, permitindo que os cadastros de aposentados fossem acessados automaticamente. Os contratos de suas empresas falavam em “análise de perfil financeiro” e “captação de filiados” — na prática, uma cortina para venda de dados e intermediação de empréstimos.

Já **Igor Delecrode**, o mais novo do grupo, comandava a AASAP e foi secretário da Amar Brasil. Ele criou o elo tecnológico entre o golpe e a aparência de legalidade: suas empresas de biometria digital eram contratadas para “validar” as próprias assinaturas falsificadas. As plataformas controladas por ele, segundo a PF, chegaram a inserir milhares de autorizações fictícias nos sistemas do INSS. Somente as entidades que contrataram sua empresa Power BI Software arrecadaram R\$ 1,4 bilhão.



Luxo, política e impunidade

Enquanto os aposentados perdiam poucos reais, os “Golden Boys” viviam como magnatas.

Felipe Macedo patrocinou um réveillon da Igreja da Lagoinha, ao lado do pastor André Valadão, e vangloriou-se, em vídeo, do crescimento de seus negócios: “O menor negócio da minha vida hoje é 40 vezes maior que meu primeiro díizimo neste altar”.

As festas, os carros de luxo e as viagens internacionais eram bancados com dinheiro público desviado de benefícios previdenciários. O dinheiro das mensalidades financiou também campanhas eleitorais, empresas fantasmas e offshores no exterior.

Com a proteção de dirigentes nomeados politicamente, o grupo operou sem obstáculos. Entidades suspensas eram reabilitadas

em questão de meses, e alertas da CGU, da PF e até do Procon-SP, enviados desde 2019, foram ignorados.

A blindagem bolsonarista

O escândalo expõe o ambiente de conivência que marcou a administração do INSS sob o bolsonarismo. A CPMI já identificou ao menos dois ex-presidentes do INSS, um ex-ministro e um ex-coordenador-geral que deixaram de agir diante das denúncias.

A Comissão ouviu depoimentos de empresários e ex-assessores que confirmaram o uso de empresas de fachada e contratos forjados. Um deles, o empresário Cícero Marcelino, relatou ter criado firmas “a pedido de dirigentes” para atender a Carlos Roberto Lopes, da Conafer, outra entidade investigada. Segundo os documentos, ele e a esposa movimentaram R\$ 300 milhões.

Nas últimas sessões, o relator Alfredo Gaspar (União-AL) e parlamentares da base governista afirmaram que as investigações estão “chegando ao núcleo do esquema”. O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) foi direto: “Essas entidades fantasmas foram criadas durante o governo Bolsonaro. Eram o braço financeiro e político de um projeto criminoso.”

O operador de luxo e o reincidente

Entre os personagens secundários, dois chamam atenção. O empresário Luciano Fracaro, paranaense, já havia sido condenado por fraudes previdenciárias. Mesmo assim, voltou a atuar no ramo durante o governo Bolsonaro, ligado a empresas como SudaCred e Sudamérica Promotora. Segundo o TSE, doou R\$ 300 mil à campanha de Ratinho Jr., no Paraná.

Outro nome é Fernando Cavalcanti, o “operador de luxo”, ex-sócio do advogado Nelson Wilians. Dono da empresa Valestra, foi alvo da Operação Sem Desconto. Em sua casa, a PF encontrou vinhos avaliados em R\$ 7 milhões, R\$ 300 mil em espécie, uma Ferrari e réplicas de carros de Fórmula 1, além de dez motos de coleção. Ele é investigado por contratos simulados e lavagem de dinheiro e doou à campanha da filha do deputado Ricardo Barros (PP), figura central do bolsonarismo no Congresso.

Do desmonte à reconstrução

O que permitiu a farra foi o desmonte da fiscalização e o afrouxamento das normas de proteção de dados promovidos entre 2019 e 2022. No mesmo período, o governo Bolsonaro ampliou as margens de consignado, abrindo caminho para a infiltração das fintechs e das entidades “amigas”.

A Operação Sem Desconto, deflagrada em abril de 2025, revelou a extensão do golpe: bilhões desviados, centenas de mandados e prisões em 13 estados. Desde então, o governo Lula iniciou a devolução de R\$ 2,1 bilhões a 3,1 milhões de aposentados, com pagamento direto e correção pelo IPCA.

Agora, a CPMI promete ir até o fim. As provas reunidas pela PF, CGU e Coaf mostram como a Previdência Social foi usada como caixa político e pessoal, e como o bolsonarismo transformou a máquina pública em um sistema de favorecimento privado.

O país começa a conhecer, nome por nome, o retrato da corrupção que cresceu à sombra da extrema direita: um Estado capturado por empresários de fachada, servidores cúmplices e jovens milionários que enriqueceram com o dinheiro dos idosos.

Números da Farra do INSS

R\$ 700 milhões faturados por quatro associações (ABCB, Masterprev, AN-DAPP e AASAP)

R\$ 1,4 bilhão arrecadado por entidades ligadas à Power BI, empresa de Igor Delecrode

R\$ 17,9 milhões recebidos por Felipe Gomes via EMJC Serviços

R\$ 324 milhões em faturamento da ABCB após o ACT de 2022

R\$ 60 mil doados por Felipe Gomes à campanha de Onyx Lorenzoni (PP-RS)

R\$ 93 mil transferidos por Américo Monte ao filho de ex-diretor do INSS

13 estados com mandados cumpridos pela Operação Sem Desconto

R\$ 2,1 bilhões já devolvidos a 3,1 milhões de aposentados lesados

Quem são os “Golden Boys”

Confira quem são os principais “marajás do INSS”

- Felipe Macedo Gomes, 35 anos — Presidente da Amar Brasil; dono da fintech RendBank e da FAE Magazine Virtual; doador de Onyx Lorenzoni; investigado por lavagem e desvio de R\$ 17,9 mi.
- Américo Monte, 45 anos — Empresário do crédito consignado; envolvido em transferências milionárias e pagamentos a parentes de dirigentes do INSS.
- Anderson Cordeiro, 38 anos — Especialista em fintechs; responsável por interligar bases de dados e permitir descontos automáticos.
- Igor Delecrode, 28 anos — Empresário de biometria digital; criou sistemas usados para validar assinaturas falsas; faturamento de R\$ 1,4 bi em entidades parceiras.



CPMI do INSS revela omissão do governo Bolsonaro diante de fraudes bilionárias

Com depoimentos e documentos, comissão revela que irregularidades denunciadas desde 2019 foram ignoradas por ex-dirigentes e ex-ministros do governo Bolsonaro

Fernanda Otero

A CPMI do INSS ouviu nesta semana novos depoimentos que reforçam a omissão do governo Bolsonaro diante das fraudes bilionárias que atingiram milhões de aposentados e pensionistas em todo o país.

As revelações confirmam que dirigentes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ex-ministros ignoraram alertas e autorizaram o retorno de entidades suspeitas, mesmo após denúncias e bloqueios determinados por órgãos de controle. Na sessão de quinta-feira (16), o empresário Cícero Marcelino de Souza Santos

confirmou ter aberto empresas para atuar junto à Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), presidida por Carlos Roberto Lopes.

Apontado pela Polícia Federal (PF) como assessor direto de Lopes, Cícero relatou que conheceu o dirigente em 2015, quando trabalhava como vendedor de ternos. Segundo o relator da CPMI, documentos comprovam que ele e a esposa receberam cerca de R\$ 300 milhões da Conafer por meio de suas empresas.

As investigações da PF indicam que a Conafer desviou R\$ 57 milhões de aposentados e pensionistas entre 2020 e 2021, em plena pandemia. O período coincide com o auge do isolamento social,

quando os idosos, principais vítimas do esquema, enfrentavam dificuldades financeiras. As denúncias foram reiteradas diversas vezes sem que qualquer providência fosse tomada pelo governo Bolsonaro.

Protegida por decisões internas e pela omissão de gestores ligados ao ex-presidente, a Conafer teve sua autorização suspensa em 2020, mas foi reabilitada em apenas três meses por influência política.

Entre os que deixaram de agir estão dois ex-presidentes do INSS, um ex-ministro e um ex-coordenador-geral da autarquia — todos integrantes do núcleo de confiança do ex-ministro Onyx Lorenzoni, que já cancelou duas vezes sua ida à CPMI.

Sem obter habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF), o depoente Cícero de Souza não pôde permanecer em silêncio. O deputado Rogério Correia (PT-MG) sugeriu que ele colaborasse com as investigações: “Não seria melhor uma delação premiada para entregar a planilha e dizer realmente para quem foram esses recursos?”, questionou.

Amar Brasil e vínculos financeiros

Relatórios do Coaf identificaram movimentações atípicas entre sócios do presidente da Conafer e de José Carlos Oliveira, ex-presidente do INSS que autorizou o retorno da entidade.

A suspeita é de que a Conafer usava os mesmos mecanismos de fraude empregados pela Amar Brasil, cujo operador, Felipe Macedo, movimentou cerca de R\$ 1,1 bilhão.

Convocação de Frei Chico é rejeitada

Em uma tentativa de desviar o foco das investigações, parlamentares da extrema direita apresentaram requerimento para convocar Frei Chico, irmão do presidente Lula, a depor na CPMI.

O pedido foi rejeitado por 19 votos a 11. Frei Chico é vice-pre-

sidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), entidade que também teve dirigentes investigados, mas não é alvo de nenhuma medida judicial da Operação Sem Desconto.

A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) afirmou que a convocação era apenas um ato político.

“Frei Chico faz parte desse sindicato há apenas um ano e não possui nenhuma atividade administrativa ou financeira. Querem apenas colar seu nome ao do presidente Lula, que foi quem determinou a apuração e afastou os responsáveis pelo esquema”, afirmou.

Advogada do Sindnapi confirma alertas ignorados

Na segunda-feira (20/10), a coordenadora jurídica do Sindnapi, Tonia Andrea Inocentini Galletti, também depôs à CPMI. A advogada afirmou que alertava autoridades desde 2019 sobre as fraudes nos descontos em folha de aposentados e pensionistas, mas que nenhuma medida foi tomada pelo governo Bolsonaro.

“Em todas as oportunidades, eu dizia: tem jabuti na árvore”, declarou Tonia. Ela relatou casos em que aposentados foram filiados

a entidades desconhecidas sem consentimento. “Teve até diretor que deixou de ser sócio e foi para uma associação desconhecida, e ele não assinou nada.”

O deputado Alencar Santana (PT-SP) lembrou que um documento oficial do Procon-SP, de agosto de 2019, já relatava descontos irregulares e foi entregue ao então presidente do INSS, Renato Vieira, e ao ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, sem que qualquer providência fosse adotada.

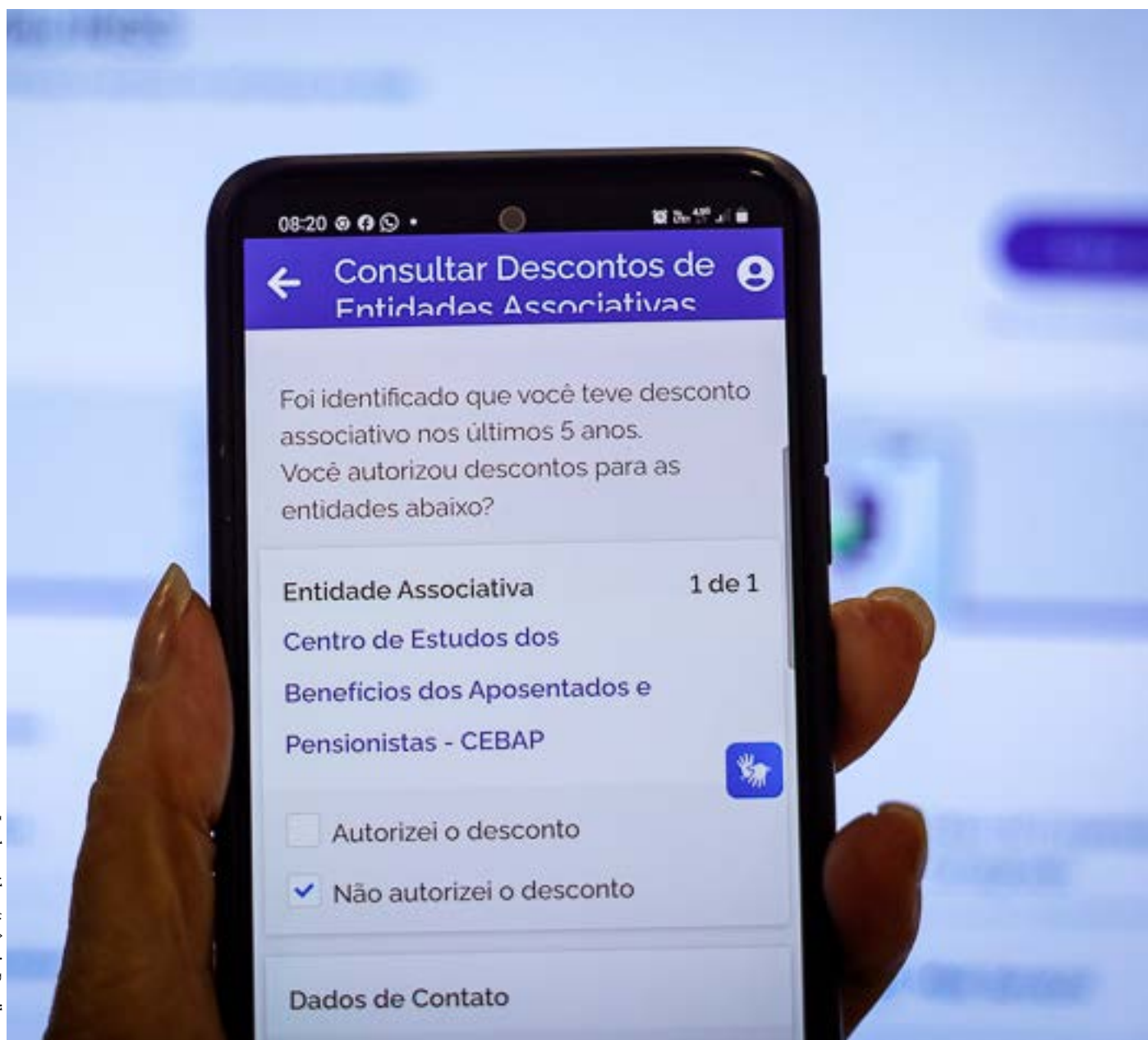
“Estamos chegando ao núcleo do esquema”

A 18ª reunião da CPMI, realizada nesta segunda-feira (21/10), marcou um ponto de virada nas investigações. O depoimento do ex-presidente da Amar Brasil, Felipe Macedo Gomes, considerado operador central do esquema, atendeu a requerimentos apresentados por Fabiano Contarato (PT-ES), Rogério Correia (PT-MG), Orlando Silva (PCdoB-SP) e Paulo Pimenta (PT-RS).

Felipe Gomes permaneceu em silêncio, amparado por habeas corpus. Mesmo assim, parlamentares destacaram que a investigação já o liga a doações eleitorais ao ex-ministro Onyx Lorenzoni, candidato ao governo do Rio Grande do Sul, e à concessão de Acordos de Cooperação Técnica durante o governo Bolsonaro.

“O que estamos vendo é o centro de um esquema criminoso do bolsonarismo”, afirmou Paulo Pimenta (PT-RS) à Focus Brasil. Segundo ele, entidades fantasmas criadas durante o governo anterior recebiam repasses milionários e serviam como instrumentos políticos e financeiros. “Esses jovens milionários, que nunca trabalharam e enriqueceram sob a proteção do governo Bolsonaro, são os chamados Golden Boys. Eles roubaram o dinheiro de aposentados e aposentadas.”

Depoimentos revelam que fraudes contra aposentados foram denunciadas desde 2019, mas ignoradas por dirigentes do INSS e ministros do governo Bolsonaro



Governo Lula devolve R\$ 2,1 bilhões a aposentados vítimas da Farra do INSS

Mais de 3,1 milhões de beneficiários já foram ressarcidos após operação que desmantelou esquema de descontos ilegais entre 2019 e 2022. Pagamentos são feitos com correção e direto na conta

A devolução de R\$ 2,1 bilhões a 3,1 milhões de aposentados e pensionistas lesados por descontos indevidos comprova o compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os aposentados e a firmeza do governo para pôr fim à farra dos criminosos que agiram dentro do INSS.

Desde abril, quando a Polícia Federal deflagrou a Operação Sem Desconto, o governo federal montou uma rede de proteção aos beneficiários e assegurou celeridade nas devoluções, ao mesmo tempo em que avançava na identificação e prisão dos envolvidos no esquema que desviou bilhões de reais entre 2019 e 2022 — período correspondente à gestão de extrema direita de Jair Bolsonaro.

As fraudes atingiram milhões de aposentados em todo o país, com descontos não autorizados de mensalidades e taxas, e vêm sendo detalhadas na CPMI do INSS, instalada em agosto no Congresso Nacional.

A investigação confirmou irregularidades cometidas por entidades e empresas que se aproveitavam da fragilidade do sistema para aplicar cobranças automáticas em benefícios previdenciários.

Os valores já devolvidos incluem mais de 500 mil beneficiários que haviam contestado descontos e aguardavam resposta das entidades. O pagamento é feito diretamente na conta do aposentado ou pensionista, com correção pela inflação medida pelo IPCA e sem necessidade de ação judicial.

“Esse dinheiro chegou em boa

hora. Estou muito feliz por isso”, afirmou o aposentado Aurivaldo Lourenço Rodrigues, que recebeu de volta R\$ 2.100 descontados indevidamente do seu benefício.

Regras e adesão ao acordo

Têm direito ao ressarcimento os beneficiários que contestaram descontos indevidos e não receberam resposta em até 15 dias

Mais de 3,1 milhões de aposentados e pensionistas já receberam de volta R\$ 2,1 bilhões em valores descontados indevidamente

úteis ou que obtiveram resposta irregular — como assinaturas falsificadas ou gravações de áudio em vez de comprovantes válidos.

Também podem aderir ao acordo aqueles que tiveram descontos entre março de 2020 e março de 2025, inclusive os que possuem ações na Justiça, desde que ainda não tenham recebido os va-

lores e concordem em desistir do processo judicial.

A adesão é simples e pode ser feita pelo aplicativo Meu INSS ou presencialmente nas agências dos Correios. No aplicativo, basta acessar com CPF e senha, clicar em “Consultar Pedidos” → “Cumprir Exigência”, rolar até o último comentário e selecionar “Sim” em “Aceito receber”.

O INSS alerta que não envia links, SMS nem mensagens solicitando dados ou cobrando taxas — toda a comunicação ocorre exclusivamente pelos canais oficiais: aplicativo, site gov.br/inss, Central 135 e agências dos Correios.

Operação Sem Desconto

Deflagrada em 23 de abril de 2025, a operação da Polícia Federal resultou em prisões provisórias, bloqueio de bens e sequestro de valores. Segundo a PF, o esquema criminoso movimentou cerca de R\$ 6,3 bilhões em fraudes sobre aposentadorias e pensões.

Foram cumpridos 211 mandados de busca e apreensão em 13 estados e no Distrito Federal, com cinco prisões temporárias. Os crimes apurados incluem corrupção ativa e passiva, falsificação de documentos, lavagem de dinheiro, violação de sigilo funcional e organização criminosa.

Em outubro, uma nova etapa da operação foi realizada para aprofundar as investigações e apurar a inclusão de dados falsos em sistemas oficiais e a ocultação de patrimônio obtido com as fraudes.

Ao determinar o ressarcimento imediato, o presidente Lula reafirmou a orientação de seu governo: proteger os aposentados e garantir que nenhum beneficiário do INSS seja lesado por práticas criminosas.



O que já foi revelado pela CPMI do INSS e o que ainda vem pela frente

Comissão investiga fraudes de até R\$ 6,3 bilhões e deve apresentar relatório final até março de 2026

Henrique Nunes

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS se tornou um dos temas mais comentados do Congresso Nacional em 2025. Criada para investigar supostas fraudes bilionárias envolvendo descontos indevidos nas aposentadorias e pensões, a comissão reacendeu o debate sobre a transparência e o controle do sistema previdenciário brasileiro.

O caso, que atinge diretamente milhões de beneficiários, ganhou força após denúncias de que entidades e empresas se aproveitavam de brechas para realizar cobran-

ças automáticas sem autorização.

Desde sua instalação, em agosto, a CPMI tem sido palco de embates políticos e de revelações sobre a fragilidade dos mecanismos de fiscalização. O escândalo, que começou com relatos individuais de aposentados, tomou proporção nacional quando a Controladoria-Geral da União (CGU) confirmou suspeitas de irregularidades já existentes desde 2019, na gestão de Jair Bolsonaro.

A narrativa de inércia institucional e a omissão de órgãos públicos alimentaram a pressão por respostas rápidas e punições exemplares. Estima-se que o prejuízo causado pelas fraudes possa chegar a R\$ 6,3 bilhões, afetando milhões de aposentados e pensionistas em todo o país.

Disputa política

A disputa pelo comando da comissão também deu o tom da polarização: a oposição conquistou a presidência com o senador Carlos Viana (Podemos-MG), enquanto o governo ficou com a relatoria, sob o deputado Alfredo Gaspar (União-AL).

A composição política transformou as sessões em palcos de confronto entre governistas e oposicionistas. A oposição aposta em desgastar a imagem do INSS e do Executivo, associando as falhas à atual gestão e ao suposto enfraquecimento das auditorias internas.

Com centenas de requerimentos aprovados, depoimentos em andamento e um prazo de 180 dias



para apresentar conclusões — até março de 2026 —, a CPMI do INSS entrou em uma nova fase com o início da investigação dos principais alvos do desvio de recursos.

Como a CPMI começou

O pedido de instalação da CPMI foi protocolado em 12 de maio de 2025, sob iniciativa da senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e da deputada Coronel Fernanda (PL-MT). O requerimento contou com 36 senadores e 223 deputados de todos os partidos, inclusive do PT.

A comissão foi instalada formalmente em 20 de agosto de 2025. A eleição da mesa diretora resultou em vitória da oposição: Carlos Viana (Novo-MG) foi eleito presidente com 17 votos a 14, derrotando o senador Omar Aziz (PSD-AM). O deputado Alfredo Gaspar (União-AL) ficou com a relatoria. O plano de trabalho prevê 180 dias, até março de 2026, para conclusão das apurações.

A CPMI busca apurar o que é descrito como um mecanismo bilionário de fraudes no INSS, envolvendo descontos indevidos

Depoimentos e documentos indicam participação de grupos que realizaram descontos automáticos sem autorização de aposentados

nas folhas de pagamento de aposentados e pensionistas e a possível participação de associações, empresas de crédito consignado e acordos de cooperação técnica

com o instituto.

Segundo a CGU, alertas sobre essas irregularidades já existiam desde 2019, mas apenas em 2024 o órgão conseguiu dimensionar a gravidade do esquema.

Entre agosto e outubro, a comissão aprovou mais de 170 requerimentos de oitiva de testemunhas, além de quebra de sigilo fiscal e telemático. Em diversas sessões, parlamentares destacaram que falhas nos órgãos de controle permitiram o avanço das fraudes. O número total de requerimentos já ultrapassa mil, e novas convocações são aguardadas.

Próximos passos

Nos próximos meses, a CPMI deve intensificar as oitivas e cruzar dados de operações policiais e relatórios da CGU. O relatório final deve propor novas medidas de controle e responsabilização, além de recomendar mecanismos de ressarcimento às vítimas. O resultado da investigação promete influenciar diretamente o debate sobre a gestão da Previdência e a proteção dos beneficiários em 2026.

Devolução aos aposentados

Mesmo com as investigações da Polícia Federal e com a CPMI em andamento, o Governo do Brasil já garantiu o ressarcimento de R\$1,53 bilhão a aposentados e pensionistas de todo o país que tiveram descontos indevidos em seus benefícios. Até agora, 2,46 milhões de beneficiários aderiram ao acordo de ressarcimento, o que representa 74% dos que estão aptos a receber (3,33 milhões).

A adesão ao acordo é necessária para que o beneficiário receba a devolução dos valores diretamente em sua conta, sem precisar recorrer à Justiça. Os valores são pagos de forma integral, com correção pela inflação (IPCA), em até três dias úteis após a adesão.



Desigualdade persiste: mulheres ganham, em média, 40% menos que os homens e enfrentam maior informalidade no mercado de trabalho

Sobrecarga doméstica afeta vida das mulheres, aponta pesquisa da FPA em parceria com o Sesc

Com entrevistas em 25 estados, o levantamento trouxe um panorama sobre principais demandas dentro e fora dos lares brasileiros

Claudia Rocha

A pesar da diferença de renda, raça e regionalidade, é possível olhar para realidade da mulher brasileira atual a partir de uma fotografia: sobrecarregada nas tarefas domésticas, criação dos filhos e cuidado dos idosos, ganhando salários mais baixos do que os homens, com maior presença no mercado in-

formal, embora com mais anos de escolaridade.

A fotografia, revelada na terceira edição da pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, recém-divulgada pela Fundação Perseu Abramo, faz parte de um filme, onde aparecem ainda a dificuldade de participação e permanência em organizações políticas, além dos altos índices de violência.

A partir deste cenário, o levantamento, em parceria com o Sesc, mostra que houve uma queda na

parcela de mulheres que acreditam que a situação é melhor em relação ao passado — somente 54% responderam de maneira otimista.

Nas outras duas edições da pesquisa, 65% tinham a percepção de que a vida estava melhor do que no passado, em 2001, enquanto 74% acreditavam na melhoria das condições, em 2010.

Para o aprofundamento nas questões que permeiam a vida das mulheres, foram realizadas entrevistas com 2.440 mulheres e 1.221

homens, em 25 estados, tanto na zona urbana, quanto rural, com uso de metodologias quantitativas e qualitativas. Foi levada em consideração a pluralidade de raça, escolaridade, renda familiar e orientação sexual e de gênero de mulheres na faixa etária a partir dos 15 anos.

Desigualdade dentro de casa

Sofia Toledo, pesquisadora do NOPPE, o Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos, área da FPA que produziu a pesquisa, destaca que os dados, em temas relacionados ao machismo, revelam as contradições presentes na sociedade.

“Para 91% das mulheres e 88% dos homens, os trabalhos domésticos devem, sim, ser divididos igualmente, porém, quando apresentamos uma outra pergunta, ‘se as meninas devem ajudar mais nas tarefas domésticas’, 29% das mulheres e 44% dos homens concordam com a afirmação”, comenta a pesquisadora.

“Ainda que exista uma perspectiva de igualdade, quando analisamos o que é passado na criação das crianças, vemos que esse valor do cuidado doméstico ainda tem como alvo maior as meninas”, completa.

A tradução dessa situação aparece na pesquisa, já que a mulher é responsável principal pelas tarefas domésticas em 93% dos lares. Outros dados relacionados ao cuidado reforçam a dinâmica da sobrecarga feminina: 50% criam os filhos sozinhas, sendo que 66% das entrevistadas responderam ser as principais responsáveis pelos cuidados com as crianças quando elas não estão na escola, enquanto 23% deixam aos cuidados da mãe ou da sogra.

“A rede de apoio das mulheres é majoritariamente composta por outras mulheres, quando não são

da família são mulheres próximas. No caso de crianças, apenas em 11% dos casos há a presença do genitor nos cuidados. A predominância das mulheres também acontece na situação dos idosos ou pessoas com alguma doença. Então, percebemos que as mulheres, quando elas precisam de ajuda, elas recorrem a outras mulheres”, afirma Sofia Toledo.

A cientista social e pesquisadora da Fundação Perseu Abramo conclui: “observamos nas entrevistas que as mulheres que estão

gam em desvantagem no mercado de trabalho e na participação política.

“Acho muito emblemático que na pergunta sobre lazer, sobre o que elas fazem no tempo livre delas, mais de 80% têm seus momentos de lazer dentro de casa. Em primeiro lugar, respondem ‘assistir televisão’, e em segundo lugar aparece ‘dormir ou descansar, enquanto a socialização masculina costuma ser na rua, de forma coletiva”, opina Sofia Toledo.

Maternidade

A centralidade da maternidade perdeu relevância ao longo do tempo. Ser mãe, que foi listado em todas as edições da pesquisa como um ponto positivo da condição de ser mulher, registrou uma queda significativa. Em 2010, 57% das mulheres colocaram os filhos como o principal ponto positivo de suas condições; em 2023, o índice caiu para 43%.

“Esse resultado tem a ver diretamente com as dificuldades de criar uma criança sozinha, nem sempre ter apoio de familiares ou parceiros, nem mesmo a pensão. E, principalmente, as dificuldades de restabelecer a vida anterior na carreira, isso acaba por afastar as mulheres do desejo de maternidade. As expectativas das mulheres mudaram, não é só simplesmente a família, há a preocupação com a vida pessoal, com a carreira”, diz Vilma Bokany, que coordenou a pesquisa.

Apesar de campanhas midiáticas e mecanismos judiciais, em 2023, verificou-se uma redução no índice de mulheres que recebem pensão dos homens para dividir o custo de vida dos filhos. Apenas 46% das mães afirmaram contar com o auxílio. Em 2010, o número era 50%, e em 2001, 37%.

Mercado de Trabalho

As condições de sobrecarga

A pesquisa revela que 93% das mulheres continuam responsáveis pelas tarefas domésticas em seus lares

em idade de aposentadoria seguem cada vez mais no mercado informal de trabalho, mesmo que ainda sejam responsáveis pelos cuidados das crianças e dos idosos, então, parece que não há um momento em que essas mulheres são libertadas de ter que cuidar de todo mundo.”

As mulheres mais jovens, lembra a representante do NOPPE, também estão imersas nesse ciclo, que dificilmente inclui homens, de acordo com o levantamento, e que por conta disso também che-



Violência ainda atinge 4 em cada 10 mulheres no país, segundo a pesquisa da Fundação Perseu Abramo, que aponta avanço nas denúncias e na busca por proteção

doméstica também contribuem para empurrar as mulheres para a informalidade. Cerca de 46% do público feminino que trabalha está inserido no mercado formal contra 58% no informal.

A desigualdade salarial segue como uma realidade. De acordo com a pesquisa, a renda média das mulheres é 40% menor que a dos homens. Elas aparecem como maioria nas camadas mais baixas. A proporção de mulheres que ganham abaixo de um salário mínimo é de 44%, frente a 21% de homens. Sem contar que 16% das mulheres responderam não ter nenhuma renda, um recorte social que abarca, na maior parte das vezes, mulheres negras, de regiões fora do Sudeste.

Nas camadas mais altas, a diferença na renda é ainda maior. Apenas 4% das mulheres têm renda superior a três salários mínimos, enquanto o percentual masculino é de 18%. Acima dos cinco salários mínimos, somente 2% de mulheres e 8% dos homens.

Vilma Bokany, socióloga que atuou nas três edições do trabalho na Fundação Perseu Abramo, comenta que “existe uma dificuldade ligada ao fato de que, como elas estão ocupadas com os afa-

50% das entrevistadas afirmaram criar os filhos sozinhas; apenas 11% contam com o pai nos cuidados diários.

zeres domésticos e a criação dos filhos, nem sempre conseguem cumprir uma jornada de trabalho regular. Então, a informalidade acaba como um caminho. Isso não é, necessariamente, porque elas queiram, mas porque o mercado não absorve e porque as tarefas na vida doméstica não permitem essa inserção maior.”

Além disso, nas entrevistas

qualitativas, de acordo com a pesquisadora, foram relatadas falta de oportunidade de crescimento profissional devido ao machismo. “Elas comentavam que, por exemplo, os homens não aceitam ser chefiados por mulheres, debocham quando tem uma mulher na chefia, não respeitam, sem contar que, muitas vezes, esse cargo nem mesmo é oferecido.”, pontua.

“A gente conversava com elas sobre isso, perguntávamos ‘Você já foi discriminada no trabalho? Já sofreu algum tipo de assédio? Já gritaram com você? Já deixaram de lado suas opiniões enquanto você falava? E isso é uma constante na vida das mulheres, mesmo as mais escolarizadas, que estão numa faixa de renda boa, em trabalhos relativamente qualificados, elas também sentem esse peso’”, explica Bokany. A abordagem completa do levantamento “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado” está dividida em seis eixos: Imagem das mulheres; Corpo, sexualidade e saúde; Violência contra as mulheres; Proteção social e política de cuidados; Trabalho remunerado e não remunerado e Cultura política e participação. ■



Reprodução

Segurança alimentar: experiências em políticas públicas mostram como o Brasil vence a fome e fortalece o abastecimento urbano

Realizado no Dia Mundial da Alimentação, Seminário da Fundação Perseu Abramo reuniu especialistas e gestores públicos para debater avanços nas políticas de combate à fome e os desafios do abastecimento nas cidades

Rose Silva

Garantir comida no prato e dignidade na mesa foi o ponto de partida do seminário “Segurança Alimentar e Nutricional – o combate à fome e à miséria nas periferias”, realizado pela Fundação Perseu Abramo, por meio da Reconexão Periféricas, em parceria com a Secretaria Setorial Agrária, o Setorial de Segurança Alimentar e o Setorial de

Energia do PT, em 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação.

O encontro reuniu representantes do governo e da sociedade civil para compartilhar experiências de combate à fome e discutir os novos desafios da política de abastecimento urbano.

Da fome ao protagonismo das periferias

Na abertura, o consultor responsável pela Reconexão Periféricas, Artur Henrique Silva Santos, apresentou a atuação da área e ex-

plicou como ela vem articulando secretarias do PT e do governo federal para construir estratégias e influenciar políticas públicas.

Ele destacou que, em 2025, o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome, lembrando que há pouco tempo ainda era comum ver pessoas pegando sobras de comida em caminhões de lixo.

“Temos grandes desafios pela frente: 35 milhões de pessoas ainda sofrem com insuficiência alimentar. É cada vez mais importante que a Fundação Perseu Abramo produza conhecimento e



“Celebramos não só a saída do Brasil do Mapa da Fome, mas também os avanços nas políticas que garantem comida na mesa”, afirmou Lilian Rahal, secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

mostre que as periferias não são só um lugar de pobreza, mas também uma potência, com exemplos vivos de cultura, arte, lazer, economia solidária e cozinhas comunitárias. Tudo isso está envolvido em um novo modelo de desenvolvimento justo e sustentável”, afirmou.

Políticas que mudaram o país

O diretor do Instituto Fome Zero, José Giacomio Baccarin, destacou as conquistas das políticas públicas de combate à fome, como o Bolsa Família e o fortalecimento da alimentação escolar.

“Talvez a gente não dê a dimensão devida a esta conquista, resultado de políticas muito bem construídas. O Brasil serviu de exemplo para outros países em educação, saúde, previdência e

Iniciativa liderada por Lula pode se tornar um dos principais mecanismos globais de financiamento para a conservação de florestas tropicais

assistência”, disse.

Segundo Baccarin, o Bolsa Família atende mais de 20 milhões de famílias e se consolidou como uma política quase de Estado.

“Mesmo quando o PT deixou o governo, não conseguiram acabar com ele. E na alimentação escolar, desde o início do século 21, incorporamos a questão nutricional e a proibição de ultraprocessados nas escolas.”

Baccarin ressaltou ainda que o combate à fome depende também da redução da desigualdade de renda.

“Foi importante que, na reforma tributária, tenhamos isentado alimentos e medicamentos do imposto de circulação e o Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais. Isso é o mínimo, mas até o mínimo estava difícil de acontecer. Foi uma vitória da rua.”

Cozinhas solidárias e redes de apoio

A doutora em Saúde Coletiva Marcia Molina relatou sua experiência na Cozinha Solidária São Marcos, na periferia de Campinas, iniciativa da Paróquia São Marcos em parceria com o MST e a Economia de Francisco, que chegou a oferecer 700 refeições por dia durante a pandemia.

“Em 2022, servimos 93 mil refeições para a população da região dos Amaraís. Agora estamos em uma área que também atende moradores em vulnerabilidade”, contou.

Marcia explicou que a cozinha funciona como uma “rede de redes”, mobilizando movimentos e entidades locais.

“O gás é bancado pelo Sindicato dos Petroleiros, a Associação dos Docentes da Unicamp doa frango semanalmente e recebemos cestas do assentamento Milton Santos. Também arrecadamos utensílios e roupas para um bazar mensal que ajuda a sustentar o projeto.”

Experiência de Araraquara

O coordenador do Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional do PT, Marcelo Mazeta, lembrou o trabalho da prefeitura de Araraquara, sob gestão de Edinho Silva, atual presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, durante a pandemia.

“O prefeito sempre defendeu um modo popular e democrático de governar. O orçamento participativo foi essencial para chegar aos territórios mais vulneráveis. Logo no início, o governo fez um diagnóstico e focou ações emergenciais e estruturantes, que mudaram a vida de muitas famílias.”

Mazeta explicou que a cidade criou uma ampla rede de solidariedade e cerca de 40 conselhos municipais voltados a gerenciar e fiscalizar políticas públicas.

“Esse diagnóstico permitiu aderir ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, à rede de bancos de alimentos e ao Pacto Internacional de Milão. No combate à fome e à miséria,

“Celebramos não só a saída do Mapa da Fome, mas a volta dos indicadores de insegurança alimentar ao patamar de 2013”, afirmou Lilian Rahal.

criamos um verdadeiro colchão social.”

Abastecimento e novos desafios

A coordenadora do Setorial Agrário do PT-SP, Lucinei Paes, destacou que políticas públicas de segurança alimentar também impulsionam a economia local. “Em municípios com base rural,

como Ribeirão Branco, programas como o PNA e as compras públicas ampliaram o acesso das famílias e fortaleceram a produção local”, afirmou.

Já a secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Lilian Rahal, avaliou que o histórico de políticas e programas estruturou uma base sólida de diálogo com a agricultura familiar, mas ainda é preciso avançar na agenda de abastecimento urbano.

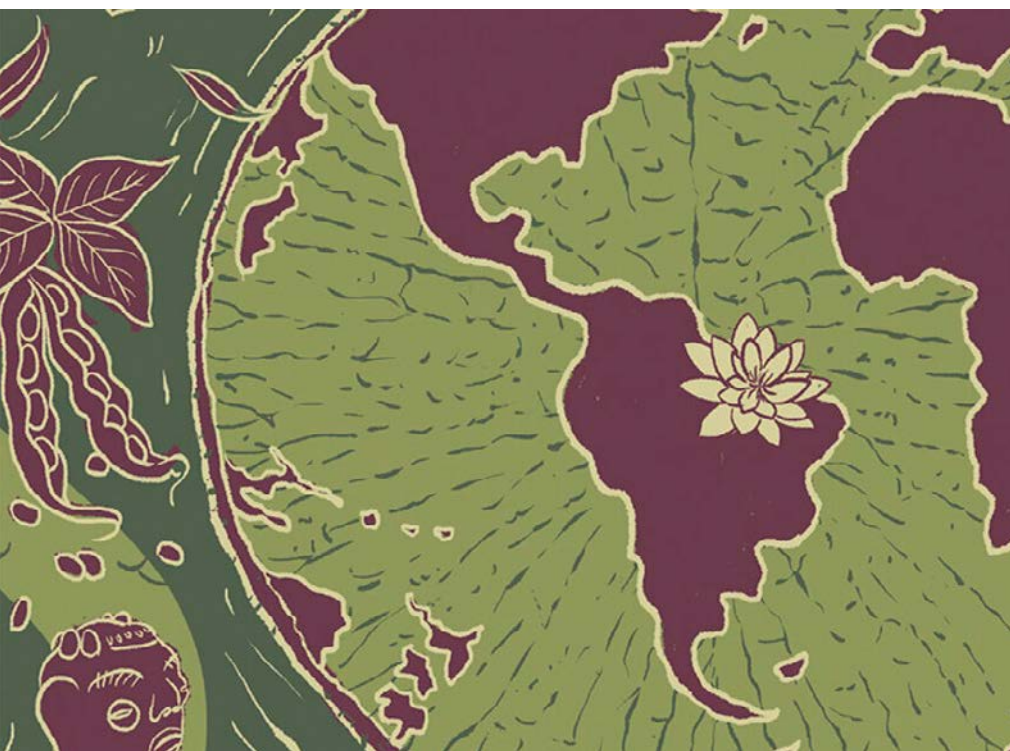
“Espero que, no próximo mandato, possamos construir um plano nacional de abastecimento com recursos, orçamentos e articulação efetiva entre governo e sociedade. Não pode ser um projeto apenas do setor privado.”

Lilian destacou os resultados recentes da política pública: “Celebramos não só a saída do Brasil do Mapa da Fome, mas também o retorno dos indicadores de insegurança alimentar grave ao patamar de 2013. Todo aquele cenário de terra arrasada que encontramos em 2021 está ficando para trás, o que mostra a força das políticas retomadas e seus resultados efetivos.”

Pobreza energética: a face invisível da desigualdade

Encerrando o encontro, a coordenadora do Setorial de Energia do PT-SP, Darlene Testa, chamou atenção para a pobreza energética, que considera “a face invisível da desigualdade”.

“As políticas de combate à fome e à miséria precisam se articular à geração de trabalho e renda e também ao direito à energia. Num momento em que falamos de transição energética, milhares de pessoas ainda têm dificuldade de acesso à eletricidade no Brasil”, alertou. ■



Atlas da Amazônia Brasileira reúne artigos escritos por indígenas, quilombolas e ribeirinhos

Publicação da Fundação Heinrich Böll aborda desafios e potências da Amazônia pela perspectiva dos amazônidas

Rose Silva

Lançado em maio deste ano pela Fundação Heinrich Böll no Brasil, o Atlas da Amazônia Brasileira reúne 32 artigos escritos por 58 autores — entre eles 19 indígenas, 5 quilombolas e 2 ribeirinhos — com o objetivo de apresentar as perspectivas e desafios da região pelo olhar dos próprios amazônidas.

A publicação discute saberes, desafios e potenciais da maior floresta tropical do planeta, com dados sobre ancestralidade e ciência local que desafiam a lógica colonial e buscam caminhos para soluções climáticas sustentáveis e justas.

A iniciativa pretende ampliar o debate sobre justiça climática e territorial, em um ano marcado pela realização da COP30, que acontecerá na Amazônia brasileira.

Segundo Marcelo Montene-

gro, coordenador da área de Justiça Socioambiental da Fundação Heinrich Böll no Brasil e co-organizador do atlas, existe uma visão limitada de que a Amazônia é apenas floresta, quando na verdade há uma riqueza social, cultural e urbana que muitas vezes fica invisibilizada.

Amazônia urbana

“A gente mal sabe que 75% da população da Amazônia é urbana. Tem povos e comunidades que há muito tempo trabalham na relação com a natureza, com formas de proteção e preservação ambiental e com a construção de um bem viver cada vez mais sustentável. É preciso colocar quem está nos territórios para ter um papel de protagonista nesses debates.”

O editorial da obra destaca que “entre 2019 e 2022, a Amazônia registrou recordes de desmatamento — principalmente para abertura de pastagens destinadas à criação de gado. O garimpo ilegal em áreas protegidas, sobretudo em Terras Indígenas, cresceu 90%, e o número de pessoas com registro de armas na Amazônia Ocidental aumentou 1.020%, impulsionado pelo avanço da extrema direita. Ao mesmo tempo, em 2022, a região concentrou mais de um quinto dos assassinatos de defensores do meio ambiente em todo o mundo: foram 39 ativistas mortos naquele ano.” ■

Serviço

Atlas da Amazônia Brasileira disponível gratuitamente aqui

Publicação: Fundação Heinrich Böll

Organização: Marcelo Montenegro e Duda Meireles

Com Lula em São Bernardo, governo anuncia investimento histórico em cursinhos populares

Em São Bernardo do Campo, Lula reforça o compromisso do governo com a educação pública e a inclusão social



Ricardo Stuckert / PR

Henrique Nunes

O ginásio lotado, as mochilas espalhadas pelo chão e o murmúrio de quem espera algo importante. No meio dos estudantes, um aulão — e, no palco, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que participou neste sábado (18) de uma aula especial voltada a jovens que se preparam para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em São Bernardo do Campo (SP).

O encontro marcou o anúncio de um novo investimento de R\$ 108 milhões para fortalecer iniciativas comunitárias de preparação em todo o país.

Durante o encontro, Lula reafirmou a educação como “instrumento de transformação e soberania nacional” e disse que o governo trabalha para garantir que “nenhum jovem fique para trás por falta de oportunidade”.

“Investir na educação do povo é investir no futuro do Brasil”, afirmou o presidente. Para ele, a ampliação dos cursinhos é passo essencial para democratizar o acesso à universidade.

Educação e oportunidade

O evento contou com a presença dos ministros Camilo Santana (Educação) e Fernando Haddad (Fazenda), além de educadores e representantes da Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP).

No palco, Lula assinou o termo de compromisso que prevê o investimento federal até 2026, ampliando o número de cursinhos apoiados de 384 para cerca de 500 unidades em todo o país.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), o objetivo é oferecer suporte técnico e financeiro a cursinhos comunitários voltados a estudantes da rede pública e de baixa renda. Na edição anterior, mais de 12 mil jovens foram beneficiados, e a meta do governo é dobrar esse número no próximo ciclo.

Aulão de esperança

A programação incluiu aulas de Física e Redação, com professoras como Sônia Guimarães e Livia Eduarda, que interagiram com os estudantes em um clima de descontração e entusiasmo. O público vibrou com as falas de incentivo e com a mensagem de esperança deixada pelo presidente.

Entre os participantes, o sentimento era de motivação. “Foi inspirador ouvir o presidente falar diretamente com a gente. Dá mais força pra continuar estudando”, contou Maria Clara Ferreira, de 17 anos. Para Gustavo Almeida, o anúncio “mostra que o governo acredita no nosso potencial e quer que a gente chegue à universidade”.

A educação como prioridade nacional

Para o governo federal, o evento simboliza a retomada da educação como prioridade nacional, integrando políticas públicas que unem ensino, cidadania e justiça social.

Segundo o MEC, o edital de apoio aos cursinhos populares deve ser publicado nas próximas semanas e faz parte da estratégia de fortalecer o Enem como principal instrumento de inclusão universitária do país.

O aulão em São Bernardo, marcado pela presença popular, foi visto pelo Planalto como gesto político e simbólico: uma celebração da educação como direito de todos e um lembrete de que o Estado voltou a investir no futuro da juventude brasileira. ■



A verdade climática contra o negacionismo ambiental

Em artigo, o secretário nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT, Saulo Dias Kalunga, defende a reconstrução do Estado ambiental brasileiro e a criação de um Pacto Nacional pela Verdade Climática, como resposta ao negacionismo e à desigualdade na crise climática

Saulo Dias Kalunga

O Brasil vive um momento decisivo da sua história. Às vésperas da COP 30, que acontecerá em novembro de 2025 em Belém do Pará, o país se torna o epicentro mundial do debate sobre o futuro do planeta. Não é apenas uma conferência sobre clima — é a oportunidade de o Brasil afirmar ao mundo um novo pacto civilizatório: o da transição justa e popular, que une desenvolvimento, democracia e justiça ambiental.

Mas, para que essa virada seja possível, há um inimigo que pre-

cisa ser derrotado: o negacionismo ambiental. Ele não é apenas um erro de interpretação da ciência — é uma estratégia política de destruição, que se alimenta do ódio, da desinformação e da captura do Estado por interesses predatórios.

O negacionismo como projeto de poder

Nos últimos anos, o Brasil experimentou o que talvez tenha sido o período mais devastador da sua história ambiental. O negacionismo não se limitou a duvidar da crise climática — ele organizou um projeto deliberado de devastação, articulando desmonte institucional, perseguição a servidores

públicos, manipulação de dados e criminalização de ambientalistas, indígenas e quilombolas.

O governo Bolsonaro transformou o caos ambiental em método de governo. Sob o disfarce da “liberdade econômica”, liberou o garimpo ilegal, desmontou o Ibama e o ICMBio, enfraqueceu a Funai e destruiu políticas de fiscalização. A floresta virou moeda de troca e o território nacional foi entregue à lógica do saque.

Por trás do negacionismo há uma aliança entre o atraso e o autoritarismo: a tentativa de substituir o debate público pela mentira digital, a ciência pela fake news e o diálogo democrático pelo discurso de ódio.

A mentira como política de Estado

O negacionismo ambiental não se combate apenas com dados — combate-se com democracia, educação e cultura. A mentira se espalha quando há desespero e desinformação; por isso, a reconstrução da verdade deve ser um projeto nacional.

Precisamos transformar a verdade climática em política pública. Isso significa fortalecer o papel das universidades, dos institutos de pesquisa e dos observatórios ambientais; garantir o financiamento da ciência; e, sobretudo, democratizar a comunicação.

A disputa pelo sentido do que é “meio ambiente” precisa ser travada também nas redes, nas escolas, nas comunidades e nas periferias. O negacionismo só é eficaz porque sabe falar com as emoções — e cabe a nós, no campo popular, falar com o coração e com a razão, conectando o debate climático ao cotidiano das pessoas: o preço do alimento, a falta d’água, a poluição das cidades, o calor insuportável nas periferias.

Negacionismo e racismo ambiental

O negacionismo também é uma forma de racismo. Negar a crise climática é negar o sofrimento das populações que mais a sentem — negras, indígenas, ribeirinhas, periféricas. É fechar os olhos para o fato de que os desastres ambientais têm cor, território e classe social.

O racismo ambiental é o braço invisível do negacionismo. Enquanto a elite econômica se protege com ar-condicionado e cercas, milhões de brasileiros enfrentam enchentes, secas e doenças causadas pela degradação.

Por isso, a luta contra o negacionismo é inseparável da luta por justiça climática e reparação histórica. É preciso reconhecer que a crise ecológica é também uma crise de desigualdade, e que o combate ao racismo ambiental deve ser estruturante em qualquer política pública.

Um Brasil antirracista e ambiental é aquele que garante saneamento, acesso à água, regularização fundiária, agroecologia e proteção dos territórios quilombolas e indígenas. É o país que transforma seus guardiões da floresta em protagonistas do futuro.

Reconstruir o Estado ambiental brasileiro

Superar o negacionismo exige reconstruir o Estado ambiental — não apenas com instituições fortes, mas com novas formas de governança participativa.

O Brasil precisa retomar seu papel de liderança internacional com políticas exemplares: desmatamento zero até 2030, reindustrialização verde, fortalecimento do Fundo Amazônia, reorientação da Petrobras para energia limpa e um programa nacional de educação ambiental em todas as escolas.

Essas medidas são o núcleo da

transição justa e popular, conceito que o Partido dos Trabalhadores tem construído como resposta civilizatória à crise climática. Uma transição que não se limita a mudar a matriz energética, mas transforma a base da economia e a cultura política do país.

A dimensão política da verdade

Combater o negacionismo é mais do que defender a ciência — é defender a democracia. Negar a crise climática é negar o direito à

“A luta contra o negacionismo é também a luta por um Brasil antirracista, ecológico e popular”

vida, e negar o direito à vida é negar a cidadania.

Por isso, o enfrentamento ao negacionismo deve ser pedagógico e popular. É preciso construir uma cultura ambiental de massa, onde a consciência ecológica se forme desde a infância, nas escolas, nas igrejas, nas redes comunitárias e na arte.

O Partido dos Trabalhadores propõe a criação de um Pacto Nacional pela Verdade Climática e Ambiental, articulando universidades, movimentos sociais, coletivos culturais e meios de comuni-

cação públicos para reconstruir a confiança social na ciência e disseminar o conhecimento ambiental como bem comum.

A disputa pela verdade climática é também a disputa pelo futuro do Brasil.

A COP 30 e a virada civilizatória

A COP 30, em Belém, será o palco simbólico dessa virada. A Amazônia não pode mais ser tratada como fronteira de exploração, mas como coração da nova civilização ecológica. A floresta é potência viva, fonte de ciência, cultura e esperança.

O Brasil tem a chance de mostrar ao mundo que o combate ao negacionismo e o combate à desigualdade são a mesma luta. Que a transição justa não é um luxo dos países ricos, mas um direito dos povos que cuidam da vida.

Belém será a capital global de um novo tempo — o tempo da reconstrução, da esperança e da solidariedade.

Transição justa começa pela verdade

O negacionismo ambiental tenta nos paralisar pelo medo e pela mentira. Mas o Brasil de 2025 é outro: é o Brasil que voltou a acreditar na ciência, que refloresta a esperança e que resiste com arte, trabalho e fé.

A luta contra o negacionismo é a luta por um país que escolhe a vida.

O Brasil que queremos é antirracista, ecológico e popular. Um Brasil que educa para a paz com a natureza, que combate a desigualdade e que faz da transição ecológica a base de uma nova democracia.

O tempo da reconstrução é agora — e a verdade é a nossa principal arma. ■

Saulo Dias Kalunga é Secretário Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores



Combustíveis e inflação dão sinais de alívio e consolidam cenário de estabilidade econômica

Redução de 4,9% no combustível, a segunda no ano, deve aliviar a inflação, que teve previsão revista de 4,72% para 4,70%, segundo o Boletim Focus

Guto Alves

A economia brasileira começou a semana com dois movimentos que sinalizam estabilidade e algum otimismo: a Petrobras anunciou uma nova redução no preço da gasolina, e o Banco Central divulgou o Boletim Focus com revisão para baixo da projeção de inflação para 2025.

As duas notícias, somadas, indicam um cenário de moderação dos preços, possível impacto posi-

tivo no custo de vida e manutenção do ritmo de crescimento, ainda que sob juros altos.

O alívio nos combustíveis, que têm forte peso no cálculo do IPCA, deve ajudar a consolidar a desaceleração inflacionária observada desde o segundo semestre deste ano.

Petrobras reduz gasolina pela segunda vez no ano

A Petrobras informou nesta segunda-feira (20) que reduzirá em 4,9% o preço da gasolina A vendida às distribuidoras a partir desta terça-feira (21).

Com o reajuste, o valor médio

passa de R\$ 2,85 para R\$ 2,71 por litro, uma queda de R\$ 0,14. O diesel, segundo a estatal, não sofrerá alterações.

Esta é a segunda redução do ano: em junho, a empresa já havia cortado o preço do combustível em 5,6%. No acumulado de 2025, a queda chega a 10,3%, o equivalente a R\$ 0,31 por litro. Desde dezembro de 2022, o recuo total — já considerando a inflação — soma 22,4%.

A gasolina A é o combustível puro que sai das refinarias e é misturado ao etanol pelas distribuidoras antes de chegar ao consumidor final.

A Petrobras destacou que o reajuste busca refletir a dinâmica do mercado internacional e a cotação do petróleo, mantendo a competitividade da empresa e evitando repasses desnecessários ao consumidor.

A redução tende a aliviar a inflação, já que o combustível é um dos itens de maior peso no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador que mede a inflação oficial do país.

Boletim Focus prevê inflação menor e PIB em alta

O Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (20) pelo Banco Central, mostrou uma revisão para baixo na projeção da inflação, que passou de 4,72% para 4,70% este ano.

Para os próximos períodos, o mercado também reduziu as expectativas: 4,27% para 2026, 3,83% para 2027 e 3,6% para 2028. Ainda acima do teto da meta de 4,5%, o índice reflete, contudo, tendência de estabilidade e maior controle de preços.

A taxa Selic, mantida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom), continua sendo o principal instrumento. ■



“Boulos é o novo ministro da Secretaria-Geral”, anuncia Lula e reforça laços com os movimentos sociais

Ao convidar Guilherme Boulos para o ministério, Lula sinaliza uma nova fase de articulação política e fortalece o diálogo direto com a base popular e os movimentos sociais

Redação Focus Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, nesta segunda-feira (20), a nomeação do deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) para o comando da Secretaria-Geral da Presidência da República, em substituição a Márcio Macêdo, que ocupava o cargo desde o início do governo. A decisão foi tomada após reunião no Palá-

cio do Planalto com os ministros Rui Costa (Casa Civil), Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais) e Sidônio Palmeira (Comunicação Social), além de Boulos e Macêdo.

A nomeação foi publicada na edição desta terça-feira (21) do Diário Oficial da União.

A troca na Esplanada representa uma aproximação com os movimentos sociais e setores populares. A Secretaria-Geral é responsável pelas agendas do presidente com representantes de entidades e organizações da sociedade civil, incluindo o MTST

(Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), ligado à militância de Boulos.

“Convidei o deputado Guilherme Boulos para assumir o cargo de ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Ele vai substituir o companheiro Márcio Macêdo, a quem agradeço por todo o trabalho realizado para a ampliação e o fortalecimento da participação social em nosso governo”, escreveu Lula nas redes sociais.

De líder social a ministro de Estado

Deputado mais votado de São Paulo em 2022, com mais de 1 milhão de votos, Boulos tem trajetória marcada pela militância no MTST e pela defesa do direito à moradia e da reforma urbana. Filósofo e mestre em Psiquiatria pela USP, ele disputou a Presidência da República em 2018 e chegou ao segundo turno nas eleições municipais de São Paulo em 2020 e 2024.

A presença de Boulos no governo é vista como um movimento político que reforça o vínculo entre o Planalto e a esquerda social, consolidando uma frente ampla de diálogo popular em torno do projeto político de Lula. ■



17ª Plenária Nacional da CUT define agenda de lutas

Evento em São Paulo reuniu dirigentes sindicais, movimentos sociais e lideranças políticas; Sérgio Nobre anunciou plano de mobilização nacional, defesa da jornada de 40 horas e isenção do IR até R\$ 5 mil

Fernanda Otero

A Central Única dos Trabalhadores realizou a 17ª Plenária Nacional entre os dias 14 e 17 de outubro, em São Paulo. O evento, marcado por emoção e espírito de luta, prestou homenagem póstuma ao ex-diretor João Batista Gomes (Joãozinho) e reuniu lideranças sindicais, movimentos sociais e representantes de partidos políticos.

O presidente da central, Sérgio Nobre, destacou que esta será lembrada “por ter sido a primeira

realizada de forma híbrida, com participantes presenciais em São Paulo e outros acompanhando virtualmente de todo o país”.

A CUT reafirmou sua posição em defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos sociais e trabalhistas. O evento, que lotou o salão do Sindicato dos Bancários, serviu como espaço de formulação de respostas às transformações no mundo do trabalho e de articulação política com vistas às eleições de 2026.

Reestruturação sindical e novas diretrizes

Durante os quatro dias do encontro, os delegados aprovaram

diretrizes para a modernização do modelo sindical brasileiro. Para Nobre, o sistema atual — que representa majoritariamente servidores públicos e trabalhadores com carteira assinada — deixou de fora metade da classe trabalhadora. A plenária debateu estratégias para incluir essa parcela na organização sindical.

O evento também marcou o lançamento do Protocolo de Prevenção e Ação em Casos de Discriminação, Assédio e Violência, criado para fortalecer a cultura de respeito mútuo e garantir ambientes de trabalho e convivência livres de qualquer forma de violência.

Além disso, foi aprovado um calendário de mobilizações que inclui atos contra a reforma administrativa, a Marcha das Mulheres Negras e a marcação do 8 de janeiro como data para alertar sobre os riscos à democracia, evitando que a tentativa de golpe de 2023 seja esquecida.

A central também planeja um seminário internacional em Brasília para discutir o cenário mundial da classe trabalhadora, a ascensão da extrema direita e o contexto de guerras. Está prevista ainda uma grande marcha nacional para apresentar uma pauta de reivindicações atualizada aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

As mobilizações culminarão em um 1º de Maio descentralizado, com atos não apenas nas capitais, mas também em cidades do interior. O objetivo é destacar a importância das eleições municipais — vistas como decisivas para os rumos políticos dos próximos anos — e consolidar as mudanças promovidas pelo governo Lula, além de reforçar a defesa da democracia.

Luta pelo fim da escala 6x1

Sérgio Nobre explicou à Focus Brasil que a CUT definiu como prioridades em sua agenda institucional no Congresso Nacional a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, com o fim da escala 6x1.

Segundo ele, a isenção tributária representa para a maioria dos trabalhadores “praticamente um 14º salário”, medida que, em sua avaliação, impulsionaria o consumo e a geração de empregos.

Nobre afirmou que a proposta só terá chance de avançar “se hou-

ver mobilização popular”. A central realizou um plebiscito sobre o tema, cujo resultado foi classificado como “espetacular” e já entregue às Casas Legislativas.

Outro ponto de atenção é o debate no Supremo Tribunal Federal (STF) que, segundo o dirigente, pode permitir a “pejotização ilimitada”. Ele alertou para o risco de “destruição do trabalho formal no Brasil”, destacando que a manutenção dos vínculos empregatícios é fundamental para financiar a Previdência Social, o sistema de saúde e a educação pública. A estratégia da CUT será atuar “nas ruas e nas redes” para pressionar por essas pautas e conscientizar a sociedade sobre sua importância.

Presença e apoio do Partido dos Trabalhadores

O presidente nacional do PT, Edinho Silva, participou da abertura da 17ª Plenária e destacou dois pontos principais: o papel histórico da Central e o atual cenário político.

Ele ressaltou que é impossível conceber a redemocratização, os avanços sociais e a eleição do presidente Lula sem reconhecer o papel da CUT. “A CUT é um patrimônio do povo brasileiro”, afirmou. Silva descreveu a plenária como um espaço fundamental de escuta e formulação para enfrentar os novos desafios da classe trabalhadora.

Já o presidente do Diretório Municipal do PT de São Paulo, Hélio Rodrigues, afirmou à Focus que a 17ª Plenária “foi um espaço de construção coletiva que reafirma o papel histórico da CUT na defesa dos direitos trabalhistas e na luta por um projeto de país mais justo e democrático”.

O vereador, ex-coordenador do Sindicato dos Químicos de São

Paulo, avaliou que este é um “momento decisivo, quando o movimento sindical lidera o debate de pautas centrais, como a redução da jornada de trabalho 6x1, a taxação das grandes fortunas e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil — medidas que dialogam diretamente com o cotidiano da classe trabalhadora e com o compromisso de reconstruir o Brasil”.

Rodrigues destacou ainda a mobilização prevista para 29 de outubro, em Brasília, contra a reforma administrativa, “que ameaça desmontar o serviço público e retirar direitos históricos dos servidores”.

Eixos centrais da plenária

Os principais eixos da 17ª Plenária foram:

- Atualizar a reflexão sobre a conjuntura nacional e internacional;
- Fortalecer o sindicalismo cutista;
- Reforçar o protagonismo da CUT na reconstrução do Brasil, da democracia, dos direitos e da soberania;
- Ampliar a intervenção na retomada do desenvolvimento econômico sustentável e no combate às desigualdades;
- Deliberar sobre alterações estatutárias;
- Elaborar a estratégia e o plano de lutas para o próximo período.

A **Plenária Nacional** da CUT é realizada a cada dois anos, após o Congresso Nacional da Central. Durante os quatro dias do evento, foram debatidos temas de interesse da classe trabalhadora, como a precarização do trabalho, o aumento da pejotização, a crise climática, a defesa da democracia e da soberania nacional. ■

(Com informações da CUT)



Paulo Paim celebra 40 anos no Congresso e reforça compromisso com justiça social

Em discurso no Senado, o parlamentar lembrou sua trajetória desde a Constituinte de 1988 e destacou conquistas como os Estatutos da Igualdade Racial, da Pessoa Idosa e a Lei de Cotas

Agência Senado

Em pronunciamento no Plenário nesta segunda-feira (13), o senador Paulo Paim (PT-RS) fez um balanço dos 40 anos de sua trajetória no Congresso Nacional.

O parlamentar lembrou sua origem humilde e destacou que sua experiência pessoal reforçou o compromisso de lutar por justiça social, inclusão e defesa da de-

mocracia. Segundo ele, a política deve ser exercida com responsabilidade e voltada para transformar a vida das pessoas.

Paim ressaltou sua participação como deputado constituinte em 1988 e o papel da Constituição Cidadã na história do país. Ele destacou que buscou construir consensos em torno de temas sociais, mesmo dialogando com setores ideologicamente distintos.

“A Constituição, nossa Constituição Cidadã, foi um divisor de águas. Ela reconheceu o Brasil

como uma nação feita de muitas mãos e de muitas cores: de trabalhadores do campo e da cidade, de empresários, do setor produtivo, dos empreendedores, da classe média, do povo pobre e das juventudes — juventudes rebeldes. Somos como uma engrenagem viva, em permanente movimento, e todos precisamos uns dos outros. Somos como uma orquestra cuja harmonia só se faz com a afinação entre os músicos, cada qual com a sua responsabilidade”, afirmou.

Entre os projetos que considera mais relevantes, o senador citou a aprovação dos Estatutos da Pessoa Idosa, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência e da Juventude, todos aprovados por ampla maioria no Congresso.

Ele também destacou a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, também a criação da Fundação Cultural Palmares e a consolidação de marcos voltados à promoção da igualdade.

Paim lembrou a instituição da Lei de Cotas no ensino superior e no serviço público. Para o senador, a norma ampliou o acesso de jovens de baixa renda e de grupos historicamente excluídos às universidades e institutos federais.

“A Lei de Cotas é um direito que (...) é o caminho da felicidade, do pertencimento, da dignidade. É a ponte entre o individual e o coletivo, entre o sonho e a realização, entre os invisíveis e o visível. Todos ganham, o país cresce e a autoestima da nossa gente pobre se eleva. Eu costumo dizer: isso não é pauta nem de esquerda, nem de centro ou de direita. É a política pública baseada em dados, em justiça, em humanidade. É o Brasil se reconhecendo, se aceitando e se projetando para o futuro com igualdade. Queremos um país grande, soberano, justo e digno”, disse. ■



Maior taxaço das Bets, uma medida justa e necessária

Em artigo, o deputado federal Lindbergh Farias, líder do PT na Câmara, defende o aumento da taxaço sobre as casas de apostas digitais como medida de justiça social e enfrentamento a um grave problema de saúde pública no Brasil.

Lindbergh Farias

A explosão das plataformas de apostas online, as bets, constitui um dos maiores problemas da sociedade brasileira. Onipresentes em propagandas e integradas ao cotidiano digital, as bets carregam um lado obscuro e preocupante: têm sido causadoras de ruína financeira e de conflitos em milhares de famílias brasileiras.

Diante desse cenário alarmante, apresentei, junto com a Bancada do PT na Câmara dos Deputados, um projeto de lei (PL 5076/2025) que visa aumentar a carga tributária sobre o setor e, simultaneamente, criar um mecanismo de compensação para os custos sociais por ele gerados.

O projeto propõe elevar a alíquota de impostos sobre as casas de apostas de 12% para 24%, destinando os recursos adicionais ao fortalecimento da saúde pública e de programas sociais.

O crescimento exponencial das

apostas online no Brasil é extremamente preocupante. Impulsionadas pela facilidade de acesso, pela praticidade dos aplicativos e por um volume massivo de publicidade em todas as mídias – frequentemente protagonizada por influenciadores que prometem ganhos fáceis, como jogadores de futebol –, as bets se disseminaram pelo país afora.

Dados da Comscore, empresa especializada em análise de dados, revelam a magnitude do fenômeno: o Brasil consolidou-se como o terceiro país com maior



consumo em sites de apostas em 2024, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido.

Nos primeiros seis meses de 2025, a receita bruta do setor atingiu R\$ 17,4 bilhões, com 17,7 milhões de brasileiros realizando apostas, conforme dados do Ministério da Fazenda.

Vício e transtornos mentais - O que frequentemente começa como uma simples brincadeira pode evoluir para o vício em jogo, a ludopatia, uma condição reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um transtorno de saúde mental.

Os malefícios associados à ludopatia são profundos e multifacetados. Estima-se que o Brasil já conte com mais de 2 milhões de pessoas viciadas em jogos de azar. O reflexo mais imediato dessa crise é visível no sistema de saúde pública: os registros de atendimentos por sintomas de jogo patológico no SUS aumentaram assustadores 300% entre 2022 e 2024.

Para além dos danos à saúde mental dos indivíduos e de suas famílias, os impactos financeiros são devastadores. Na ânsia de recuperar perdas ou de obter ganhos rápidos, muitos apostadores comprometem recursos essenciais.

Um estudo da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo ilustra essa tragédia: 63% dos apostadores tiveram parte de sua renda comprometida pelas bets, 19% deixaram de fazer compras no mercado e 11% abdicaram de gastos com saúde e medicamentos. Este cenário evidencia um ciclo perverso de endividamento e privação, arrasando as finanças familiares.

Contrapartidas sociais - A atual carga tributária brasileira sobre as bets, de 12%, é baixíssima, se comparada à de outros países. No Reino Unido, chega a 21%, na França, 33%, enquanto na Itália e na Espanha a alíquota é de 20%. No México, a cobrança é de 30%, ao passo que nos EUA o percentual varia entre 20% e 51%, dependendo do estado. A partir do reconhecimento de que as apostas exigem contrapartidas sociais, os recursos da tributação da atividade financiam saúde, educação e infraestrutura. No Brasil, o Congresso não permitiu subir a tributação de 12% para 18%, uma iniciativa proposta pelo governo Lula.

O projeto apresentado por nós dobra a alíquota hoje cobrada, mas mesmo assim mantém o Brasil em uma posição tributária menos onerosa que a de nações

européias que há mais tempo regulam o setor.

Os recursos arrecadados com a nova alíquota serão canalizados para investimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) e em programas de conscientização sobre os riscos dos jogos de azar. Dessa forma, cria-se um ciclo virtuoso onde parte dos recursos gerados pelo problema é realocada para sua mitigação e tratamento.

A taxação mais alta das bets vai muito além de uma simples manobra arrecadatória. Ela representa um posicionamento ético e uma resposta pragmática do Estado a um problema de saúde pública e de segurança econômica das famílias.

Argumentar contra essa tributação é ignorar a realidade de milhões de brasileiros cujas vidas foram impactadas pelo vício em apostas e pelo endividamento.

A proposta, portanto, é justa e necessária. Ela alinha o interesse fiscal à urgência social, desenhando um caminho em que a regulação econômica serve como um instrumento de proteção ao cidadão e de fortalecimento das políticas públicas. ■

Deputado federal (RJ) e líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados



‘No kings’: milhões protestam contra Trump em defesa de direitos constitucionais nos EUA

Movimento “No Kings” mobiliza quase 7 milhões de pessoas em mais de 2.700 atos dentro e fora dos Estados Unidos contra o autoritarismo e ataques à Primeira Emenda

Fernanda Otero

Multidões tomaram as ruas de várias cidades dos Estados Unidos e do exterior no sábado (18/10) em protestos do movimento “No Kings”, em oposição ao governo de Donald Trump e em defesa dos direitos garantidos pela Primeira Emenda da Constituição norte-americana, como a liberdade de expressão e de imprensa.

De Los Angeles a Nova York, passando por Chicago, Washington D.C. e Austin, no Texas, os manifestantes marcharam com cartazes e entoaram palavras de

ordem como “Queremos que todo o governo funcione” e “Torne a América boa novamente”, uma paródia ao lema de campanha de Trump.

Maior mobilização desde junho

Segundo os organizadores, cerca de 7 milhões de pessoas participaram das manifestações em mais de 2.700 atos — dois milhões a mais que na rodada anterior de protestos, realizada em junho. O movimento de 18 de outubro já é considerado o terceiro maior da história dos EUA em número de participantes, segundo dados compilados por páginas colaborativas de registro público.

A mobilização contou com a presença de diversas figuras de

Hollywood, como Jimmy Kimmel, Spike Lee, Robert De Niro, Pedro Pascal e Glenn Close, que manifestaram repúdio ao autoritarismo e às ações do governo Trump.

Reação polêmica de Trump

Em resposta às manifestações, Donald Trump publicou um vídeo em suas redes sociais em que aparece pilotando um avião que despeja fezes sobre uma multidão, imagem que gerou indignação e ampla repercussão internacional.

O vídeo, considerado ofensivo, foi denunciado por diversos veículos de imprensa e plataformas digitais como incitação ao ódio e ataque simbólico à população civil. ■

Com informações da Euronews e NBC/USA



Rovena Rosa/agência Brasil

A nova geopolítica do Sul Global: Palestina, BRICS e o papel do Brasil Popular

“O Brasil não quer ser vassalo de ninguém. Quer ser um país soberano, que fala com todos e que defende o direito de cada povo viver em paz no seu território.”— Luiz Inácio Lula da Silva, Cúpula dos BRICS, Joanesburgo, 2023

Teresinha Pinto

A virada geopolítica que o mundo vive nas primeiras décadas do século XXI marca o esgotamento do modelo de dominação unipolar consolidado após o fim da Guerra Fria. A hegemonia norte-americana, sustentada por guerras preventivas, sanções econômicas e manipulação de organismos multilaterais, enfrenta uma crise de legiti-

dade global. O Sul Global, composto por países historicamente subalternizados, volta a ocupar o centro da cena internacional com novas articulações, sendo os BRICS um de seus instrumentos mais promissores.

Nesse cenário, o Brasil — sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e orientado pelos princípios históricos do Partido dos Trabalhadores (PT) — retoma um papel protagonista na defesa da paz, da autodeterminação dos povos e da construção de uma ordem mundial multipolar, justa e

solidária. A luta do povo palestino emerge, novamente, como o espelho mais nítido das contradições dessa nova era.

Desde sua fundação, o PT compreende que “a luta internacional dos povos é parte inseparável da luta pela democracia e pelo socialismo no Brasil”^{*1}. Essa concepção de solidariedade ativa se expressa na política externa dos governos petistas, especialmente na postura de Lula, que reafirma a soberania como condição de paz. Essa linha contrasta fortemente com a política externa submissa e

alinhada aos Estados Unidos adotada por governos conservadores e por setores da elite brasileira.

A questão palestina ocupa um lugar simbólico central nessa nova geopolítica. Para a esquerda brasileira, a Palestina não é apenas uma pauta humanitária, mas uma causa política, que denuncia o colonialismo e o autoritarismo de uma ordem internacional seletiva, que condena uns e absolve outros conforme seus interesses.

Em 2010, Lula foi um dos primeiros chefes de Estado a reconhecer oficialmente o Estado da Palestina, em carta enviada a Mahmoud Abbas, reafirmando o compromisso com as fronteiras de 1967 e Jerusalém Oriental como capital. Em 2024 e 2025, o governo brasileiro retomou essa linha de coerência, condenando os bombardeios a Gaza e cobrando, junto à ONU e ao Tribunal Internacional de Justiça, o cumprimento das resoluções que determinam o cessar-fogo imediato. Como afirmou o assessor especial Celso Amorim, *“o que está em jogo em Gaza não é apenas a tragédia de um povo, mas a sobrevivência do direito internacional como instrumento de civilização”*^{*2}.

Dentro dos BRICS, a Palestina se torna um ponto de tensão e de revelação. O bloco, originalmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, expressa as contradições da própria transição geopolítica global.

Enquanto a China adota uma posição de crescente engajamento diplomático — buscando mediar conflitos no Oriente Médio e defender o cessar-fogo sob uma ótica de estabilidade estratégica —, a Rússia atua mais movida por interesses de contrabalançar o poder ocidental, sem colocar a questão humanitária no centro do debate. A Índia, por sua vez, mantém uma postura ambígua: embora historicamente tenha

apoiado a Palestina, seus vínculos econômicos e militares com Israel limitam sua ação no bloco. Já a África do Sul se afirma como o país mais radicalmente comprometido com a causa palestina: foi ela quem apresentou à Corte Internacional de Justiça o pedido de investigação por genocídio contra Israel — gesto que recupera o espírito anticolonial que animou o Congresso Nacional Africano de Nelson Mandela.

O Brasil, nesse tabuleiro, ocupa uma posição singular: é o único que combina peso diplomático, legitimidade moral e capacidade de diálogo com todos os lados. É o país que fala com Israel sem se curvar, com os Estados Unidos sem submissão e com os árabes e africanos sem paternalismo. Essa postura de independência ativa é o que Lula chama de “a diplomacia da paz”, uma política que não se rende à lógica das sanções nem à submissão ideológica.

Na Assembleia Geral da ONU em 2024, Lula sintetizou essa visão:

“O mundo não precisa de novos muros nem de novos impérios. Precisa de pontes. E o Brasil quer ser uma ponte para a paz e a justiça.”^{*3}

Essa diplomacia se concretiza também no campo econômico e político. O reconhecimento da Palestina como membro pleno do Mercosul e os acordos comerciais bilaterais, anunciados em 2024, mostram que solidariedade política pode e deve vir acompanhada de cooperação prática. A proposta brasileira de que o BRICS reconheça a Palestina como Estado observador é outro passo nessa direção, consolidando um espaço diplomático fora da tutela das potências ocidentais.

Entretanto, a construção dessa nova geopolítica solidária enfrenta obstáculos. Internamente, a extrema direita acusa o governo de “ideologizar” as relações inter-

nacionais. Externamente, o imperialismo financeiro e militar tenta preservar privilégios por meio de sanções, chantagens e campanhas de desinformação. A postura firme e equilibrada do Brasil é, portanto, um ato de resistência e coerência histórica: solidariedade internacional é parte da soberania nacional.

A Fundação Perseu Abramo, em documento recente, sintetiza esse espírito:

“A luta por um mundo multipolar é, no fundo, a luta por um mundo democrático, onde as vozes do Sul tenham o mesmo peso das vozes do Norte.”^{*4}

Essa perspectiva recupera a tradição do Movimento dos Não Alinhados, agora reatualizada como cooperação Sul-Sul e integração solidária. Trata-se de redefinir o próprio sentido de poder: substituir a lógica da dominação pela da convivência plural e cooperativa.

O Brasil popular — expressão que simboliza a fusão entre Estado democrático e movimentos sociais — tem papel decisivo nesse processo. Ao defender a Palestina, o governo Lula e o PT reafirmam que a política externa não é mero instrumento técnico, mas expressão de um projeto histórico de emancipação. A defesa da autodeterminação do povo palestino é, também, a defesa do direito de cada nação do Sul a escolher seu destino sem tutelas.

Em última instância, a nova geopolítica do Sul Global não é apenas um rearranjo de forças, mas uma disputa de valores civilizatórios. De um lado, o império das armas e do capital; de outro, a esperança dos povos que lutam por dignidade e soberania. O Brasil, sob a liderança de Lula e a inspiração do PT, coloca-se — uma vez mais — do lado certo da história: aquele onde a Palestina livre é símbolo de humanidade e futuro. ■

Teresinha Pinto é Coordenadora do Núcleo Palestina do PT

17/10/1967

Tropicália de Gil e Caetano inova festival

As modernas canções de Gilberto Gil (“Domingo no Parque”) e Caetano Veloso (“Alegria, Alegria”) foram a grande novidade do 3º Festival de Música Popular Brasileira da TV Record. O prestigiado concurso musical foi vencido

por Edu Lobo e Capinam, com “Ponteio”, defendida pelo próprio Edu e Marília Medalha.

Os festivais dos anos 60 projetaram outros jovens e talentosos compositores, como Chico Buarque, Geraldo Vandré, Sergio Ricardo e Paulo César Pinheiro.

Reuniam vibrantes torcidas na plateia e eram acompanhados com atenção pela TV em todo o país, mesmo chegando em videotape, com semanas de atraso, na maioria das cidades brasileiras.

Consagrados no Festival, Gil e Caetano formariam o movimento tropicalista com Tom Zé, Gal Costa, Carlos Capinam, Torquato Neto, o maestro Rogerio Duprat e os poetas Rogério Duarte e Décio Pignatari, entre outros.



17/10/2006

Petrobras descobre petróleo no pré-sal

A Petrobras revela ter descoberto vastas reservas de petróleo e gás natural na camada geológica do pré-sal. As estimativas iniciais apontam para a existência de 5 bilhões a 8 bilhões de barris de óleo leve, a profundidades que podem chegar a 7 quilômetros, em águas a 300 quilômetros da costa brasileira.

Essas estimativas de reserva seriam recorrentemente ampliadas nos anos seguintes, atingindo

80 bilhões em 2010 e 176 bilhões de barris de óleo leve em 2015.

Os centros de pesquisa da Petrobras precisariam desenvolver tecnologias inovadoras para superar os desafios trazidos pelas reservas do pré-sal, relacionados às condições do oceano, à necessidade de perfurar 2 quilômetros de duras camadas de sal e à alta pressão atmosférica nos reservatórios.

Seriam necessários 30 meses

de trabalho entre o primeiro teste, em outubro de 2006, e a primeira perfuração comercial, em 1º de maio de 2009, no campo de Tupi (futuro campo de Lula), na Bacia de Santos.

As tecnologias desenvolvidas nesse período reduziram em 54% o tempo para perfuração de novos poços, além de produzir novos tipos de dutos de coleta e gerar procedimentos mais sustentáveis de separação e de injeção de gás carbônico.

As riquezas do pré-sal provocariam uma série de debates e negociações políticas entre a União e os diferentes estados acerca da destinação e propriedade dos royalties do petróleo. Também levariam o governo federal a propor lei, aprovada pelo Congresso, que alteraria o regime de concessão, adequado para a exploração em áreas de maior risco, para o da partilha, próprio para campos de baixo risco e alta presença de óleo e gás.

A produção diária de petróleo no pré-sal passaria da média aproximada de 41 mil barris por dia (bpd), em 2010, para 1 milhão de bpd em meados de 2016 — crescimento de quase 24 vezes —, isso apenas dois anos depois de atingir 500 mil bpd.



17/10/1985

Seringueiros criam entidade nacional

Durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado na Universidade de Brasília, é fundado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), organização representativa dos trabalhadores agroextrativistas. O órgão surge sob a liderança do dirigente sindical acreano Chico Mendes, reunindo associações, cooperativas e sindicatos em defesa dos interesses dos povos da floresta.

Nos anos 1970, grandes áreas

da floresta amazônica haviam sido vendidas para empresas, desmatadas e transformadas em pastagens. Os habitantes da região, especialmente os seringueiros, passaram a reivindicar então a criação de reservas extrativistas – áreas pertencentes à União, que não poderiam ser vendidas e garantiriam o usufruto aos que nelas viviam e trabalhavam.

Chico Mendes tornaria-se uma referência internacional na área

do ambientalismo e receberia da ONU em 1987 o Prêmio Global 500.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

📷 @fpabramo

✉ @fpabramo

📺 Fundação Perseu Abramo

☎ (11) 5571-2609

🌐 fpabramo.org.br

🌐 teoriaedebate.org.br

🌐 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
NÚCLEO DE POLÍTICA NACIONAL DE POLÍTICAS E CIDADANIA



Centro de
Documentação e
Memória Política
Serviço Brasileiro
de Memória